

PSICANÁLISE
&
TECNOLOGIAS
sociais

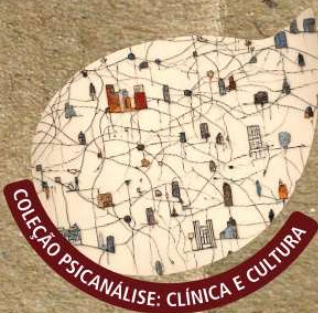
Organizadoras

Andrea Gabriela Ferrari

Cláudia Perrone

Simone Moschen

Volume 1



Copyright © Editora CirKula LTDA, 2023.

1º edição - 2023 - Volume 1

REVISÃO: Mauro Meirelles e Gustavo Duarte

PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS, NORMATIZAÇÃO E EDIÇÃO:
Mauro Meirelles

DIAGRAMAÇÃO: Luciana Hoppe

CAPA: Luciana Hoppe

Imagem da Capa: Luisa Roos

TIRAGEM: 125 exemplares

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO -CIP

P974 Psicanálise e tecnologias sociais / organizadoras Andrea Gabriela Ferrari, Cláudia Perrone, Simone Moschen. – 1.ed. – Porto Alegre: Cirkula, 2023.
218 p. : il. – (Coleção Psicanálise: Clínica e Cultura)

ISBN: 978-85-7150-048-8

1.Psicanálise – Tecnologia social. 2. Escuta psicanalítica. 3. Saúde mental – Políticas públicas. 4. Educação infantil. 5. Psicanálise – Pesquisa. 6. Cuidado da criança. I. Ferrari, Andrea Gabriela. II. Perrone, Cláudia. III. Moschen, Simone. IV. Série.

CDU: 159.964.2

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

Todos os direitos reservados à Editora CirKula LTDA.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Editora CirKula

Av. Osvaldo Aranha, 522 - Bomfim

Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190

e-mail: editora@cirkula.com.br

Loja Virtual: www.livrariacirkula.com.br

Este livro foi submetido à revisão por pares, conforme exigem as regras do Qualis Livros da CAPES.

Capítulo 4

A tessitura da escuta a adolescentes em um serviço da política pública de assistência social

Luciane De Conti

Marisa B. Warpechowski

Introdução

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) e o ECA (BRASIL, 1990) trouxeram inovações no campo das políticas públicas direcionadas a crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidades, dando prioridade a esse segmento, merecedor de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado. O ECA inaugurou, segundo Oliveira e Oliveira (2008), um novo paradigma ético-político e jurídico na sociedade, pois inscreveu na agenda dos Direitos Humanos os direitos fundamentais da população infanto-juvenil. Entre as políticas de garantia desses direitos, temos a Assistência Social (AS) que compõe, junto com a Saúde e a Previdência Social, a Seguridade Social. As políticas de Saúde e de AS são atravessadas pelos mesmos princípios: universalização, integralidade, descentralização e intersetorialidade, e buscam alcançar objetivos muito próximos que, inclusive, se complementam, pois muitas vezes os seus equipamentos atuam numa mesma base territorial (MACEDO e DIMENSTEIN, 2012).

Nessa linha de ação, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2004) coloca como fundamental a formação de redes tendo como diretrizes para a execução desse trabalho os princípios da matricialidade sociofamiliar e da territorialização. A ideia subjacente é de uma rede dinâmica que tem na intersetorialidade e na integralidade eixos estruturantes e constituintes de práticas que produzem cuidado a partir da interrelação das diversas políticas públicas existentes. A intersetorialidade não comporta, portanto, a simples presença de serviços. Ela se efetiva quando são transpostas barreiras intra-institucionais e os serviços existentes estabelecem linhas de ação comuns, capazes de levar em conta a dinamicidade do território e a complexidade das demandas dos sujeitos atendidos (CARLSON e PINHEIRO, 2013). Entretanto, como nos diz Ortega (2004), as biopolíticas de Saúde – e poderíamos pensar de Assistência Social – atuam muitas vezes na perspectiva de dominação por meio de um processo de homogeneização, em que todos são iguais, desaparecendo assim as diferenças, as singularidades. Para movimentarmos essa política de homogeneização, é preciso, segundo ele, que o encontro com o outro produza uma transformação de si.

Nessa direção, destacamos o que aponta Merhy (2020) ao dizer da importância das tecnologias do cuidado na Saúde, mas podemos ampliar o conceito para pensar no trabalho também na Assistência Social, considerando o que o autor chamou de tecnologias leves. Esta que se constitui na relação com o outro, que produz aproximação, acolhimento, vínculo, autonomia e escuta para operar o cuidado. As tecnologias leves representam um campo aberto, inventivo, é trabalho vivo em ato, é o que movimenta e dá vida aos processos de cuidado na relação com o outro. Para esse processo se produzir, como nos dizem Campos e Campos

(2012), é preciso combinar a objetividade da clínica, materializada nas diretrizes e nos protocolos das Políticas de Saúde e de Assistência Social, com a *escuta* da ‘história de vida’ do usuário, a *escuta* dos discursos, visando a singularização do atendimento.

Nesse sentido, Figueiredo (2004) coloca que a clínica do sujeito no coletivo se constrói para além do ‘saber’ do técnico, pois é fruto da experiência renovada com os dispositivos já existentes a partir dessa convocação do sujeito ao fazer, mas também ao dizer, a tomar posição nas mínimas situações, por mais precária que seja. Recolher os traços significantes como indicadores do ‘sujeito’ é fundamental para a instalação de uma clínica do sujeito no coletivo – e diríamos nos serviços que compõem a rede de cuidado nas Políticas Públicas –, a qual irá se constituir a partir dos fragmentos recolhidos no trabalho da equipe cotidianamente.

Para isso, em consonância com esses autores, pensamos que é necessário (re)colocar em cena o sujeito, reafirmar a dimensão da clínica e da subjetividade em nosso trabalho de intervenção como profissionais inseridos nas diferentes políticas públicas, quanto como pesquisadores desse campo. Como apontam Imbrizi, Martins, Reghin, Pinto e Arruda (2020, p. 10-11), o conhecimento produzido a partir das pesquisas desenvolvidas na Universidade Pública deve:

[...] subsidiar estratégias que visem fortalecer as políticas públicas voltadas à infância e juventude e, [...] criar dispositivos que atuem no sentido de manter estes jovens vivos, para que continuem “tocando a vida em frente” e para que encontrem razões e sonhos que suscitem o seu desejo de viver. O desafio, então, é desenvolver aparatos de circulação da palavra por meio da oferta de escuta, como

rodas de conversa e oficinas, em suas articulações com as manifestações culturais e artísticas.

É nessa perspectiva que procuramos compartilhar, nesse texto, a construção de uma intervenção psicanalítica clínico-política junto a adolescentes acompanhados por um serviço da Política Pública de Assistência Social. Rosa (2016) situa como intervenções psicanalíticas clínico-políticas as práticas que problematizam a articulação entre sujeito e laço social – o que denota a perspectiva da Psicanálise implicada –, que escutam o sujeito e os modos como desejo e gozo são enredados na máquina do poder, de modo ao sujeito ter suspenso seu lugar discursivo. Tomando o conceito de interseccionalidade podemos pensar como as múltiplas formas de dominação e precarização da vida operam conjuntamente, de modo que esse sujeito é atravessado por várias vias de dominação, sofrendo os danos causados por impactos de diferentes direções (CRENSHAW, 2002).

É dentro desse contexto, de sujeitos atravessados por inúmeras violências, que se constituiu nossa prática, cuja intervenção foi desenvolvida pela segunda autora ao longo do seu percurso de Mestrado. O foco de nosso texto recai, portanto, na *tessitura da escuta* a adolescentes atendidos em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que vivenciam em suas trajetórias de vida situações de desamparo discursivo e material, estando com seus direitos violados e em risco social. O termo *tessitura* é uma alusão à concepção de *tessitura da intriga* formulada por Ricoeur (1994; 1995) acerca da composição narrativa. O autor coloca que uma narrativa se tece no próprio ato de narrar e que seus elementos se entrelaçam a partir de uma causalidade semântica, em um movimento de tríplice mimesis. Da mesma forma, concebemos que a *tessitura da*

escuta se dá no próprio ato de escutar, em que seus elementos vão se configurando a partir das possibilidades e impossibilidades conscientes e inconscientes dos atores nela envolvidos, situados em um determinado tempo e lugar.

Procuramos, então, nessa escrita, tecer os fios dessa experiência de intervenção a fim de delimitar o que dela ressoou como transformação de si nos adolescentes, autores das histórias ali narradas, na equipe envolvida no trabalho cotidiano com estes adolescentes e em nós pesquisadoras. Para tanto, situamos inicialmente os impasses possíveis que se colocam na escuta do sujeito em condições de vulnerabilidades, na sequência apresentamos a intervenção, nomeada por nós como rodas de conversa e a forma pela qual foi configurada e desenvolvida. Por fim, discutimos o que decantou desses encontros.

As (im)possibilidades de escuta em situações de vulnerabilidade social e a clínica do sujeito

Quando falamos sobre as contribuições da Psicanálise no campo das políticas públicas – e neste texto em especial na AS – insistimos em apontar os desafios desse encontro, da necessidade de reposicionamento das nossas práticas e dos modos de transmissão da experiência. Danto (2020) assinala que o próprio Freud sustentava que, além da técnica usada no consultório, o trabalho psicanalítico deveria incluir-se em diferentes instituições como um direito social, dentro e fora do Estado, pontuando a tarefa futura dos psicanalistas em repensar a técnica às novas condições. Sabemos que não se trata de transpor a clínica a outros cenários, mas de um exercício de inflexão para construção de dispositivos clínicos, sempre pautados pelos quatro conceitos fundamentais da Psicanálise,

a saber, o inconsciente, a transferência, a pulsão e a repetição (BROIDE, 2019). Como colocam Imbrizi *et Al* (2020, p. 17):

Espera-se que a Psicanálise ... possa contribuir com a criação de modos de atenção e enfrentamento ao sofrimento sociopolítico desencadeado pela segregação social – compromisso ético presente nas intervenções psicanalíticas clínico-políticas (ROSA, 2016) [...] Nessa direção, cabe reconhecer o dito e o não dito nos discursos e nas relações étnico-raciais, através da escuta e da promoção da circulação da palavra pelos sujeitos, no desafio de conhecer e, principalmente, agir em prol da transformação social; desse modo, vislumbramos a promoção do encontro entre os mais diversos atores envolvidos como uma alternativa possível na busca de soluções coletivas.

A possibilidade analítica de lidar com essas situações-limite, conforme apontam Scarparo e Poli (2008), está no oferecimento de uma *escuta* que possibilite uma enunciação, tematização e ressignificação de todas essas misérias até onde for possível tomar outra posição frente a essa realidade. Susin e Poli (2012) propõem que a *oferta da escuta* a esses sujeitos deve se constituir através do compromisso ético de possibilitar lugar à palavra, propiciando que o trabalho não se situe apenas na via de um reconhecimento a partir da identidade entre os sujeitos, mas busque também o que o representa em sua diferença, esta não como ameaça, mas como possibilidades de convivências. E reiteram que a *escuta* das situações de sofrimento psíquico na AS encontra alguns impasses que podem fazer resistência ao trabalho, que dizem respeito ao impacto da realidade social e das determinações culturais a que estão submetidos os sujeitos acolhidos.

Nessa direção, Rosa (2016) destaca as particularidades dos sujeitos que vivem em condições de vulnerabilidades e exclusão e as dificuldades de endereçamento. Aponta que esses

sujeitos não esperam muita coisa do outro, pois este endereçamento não é em nada parecido com o de alguém que demanda uma escuta para o seu sofrimento, que endereça ao outro uma demanda, que supõem que o outro está ali para lhe dar um suporte de saber, um suporte de atenção. Este não é o caso das pessoas que vivem cotidianamente situações de humilhação em que o outro está ali para usufruir de seus serviços e explorar suas habilidades. Nesses casos, como nos adverte Rosa (2002, 2016), há também dificuldade do analista em escutar este outro como um sujeito, dado que ele está, do ponto de vista social, na posição de domínio, pois na relação analista-analisando a situação inicial se caracteriza pelo fato de que estes ocupam lugares opostos na estrutura social: a inclusão e a exclusão frente a frente. E isto produz incidências na efetivação do trabalho. A autora aponta a necessidade de um trabalho preliminar, um desafio que vai no sentido de reverter a resistência, resistência do analista, como lembra Lacan (1992), quando ele precisa reverter a lógica ideológica na qual ele mesmo está inscrito. Não basta ter uma proposta de escuta, é preciso construir uma relação em que a escuta opere.

Nessas situações em que somos tomados pelo real, por cenas de extrema violência e degradação da vida corremos o risco de ficarmos paralisados e resistirmos à escuta. Diante disso, precisamos construir e propor dispositivos que permitam narrar/significar o que até então era da ordem do inenarrável. Assim como Benjamin (1983), Gagnebin (1999) fala da dolorosa narração do sofrimento, afirmando que a sua radicalidade intervém na narração como aquilo que nunca conseguiremos realmente dizer e, por isso mesmo, aquilo que nos proíbe de nos calarmos e de esquecermos. É exatamente nesses contextos que se constituem como da ordem do traumático que se faz necessário a construção de disposi-

tivos de significação/subjetivação que permitam dar bordas simbólicas aquilo que parece infinito, insuportável, intolerável, pois se inscreve na ordem do real. Bordas essas que são possíveis de se construir em um trabalho de narração, pois a arte do narrar permite, conforme nos alerta Orofiamma (2002), costurar as rupturas e os desvios de percurso da vida.

Portanto, em diálogo com essas ideias, a aposta que lançamos para o trabalho nessas situações é o oferecimento da escuta e o acolhimento ao sujeito, uma escuta como testemunho e resgate da memória que tem lugar na diversidade das intervenções. Como reforça Rosa (2002, p. 12), “nas situações de extrema angústia e perda de referenciais identificatórios prevalece a importância da *oferta da escuta*”. Nesse sentido, acolher o sujeito em desamparo e vulnerabilidade social é dar lugar à palavra e, assim, poder relançar significantes e construir alternativas de inscrição no laço social como sujeito de desejo, bem como, de cidadão de direitos. Como escreve Lacan (1998, p. 531): “É que ao tocar, por pouco que seja, na relação do homem com o significante... altera-se o curso de sua história, modificando as amarras de seu ser”.

Abrir espaço de escuta a esses sujeitos, no nosso caso, adolescentes em situações de vulnerabilidades, constitui nosso desafio e compromisso. Para isso, propusemos as rodas de conversa como disparadoras de encontros e de possibilidade de fala a fim de agenciar a circulação da palavra e o reconhecimento de diferentes formas de existência.

Rodas de conversa como dispositivo de escuta e de circulação da palavra

As rodas de conversa se constituem como um dispositivo de intervenção usado em diferentes campos, na Saúde, na

Educação, na Assistência Social, possibilitando a abertura de espaços de encontro, de escuta e de troca entre seus participantes. As rodas possibilitam encontros dialógicos criando possibilidades de produção, significação e reordenamentos significantes. As rodas de conversa também podem ser consideradas como uma estratégia política que favorece a emancipação política e social de coletivos historicamente excluídos (SAMPAIO, SANTOS, AGOSTINI e SALVADOR, 2014).

Para compor o dispositivo das rodas de conversa que realizamos em nossas pesquisas, buscamos apoio e inspiração em diferentes autores: nos grupos de conversação (MILLER, 2003); no método da Roda ou *Paideia* (CAMPOS, 2003); nos grupos operativos de Pichon-Riviére a partir da leitura de Jasiner (2008); nos trabalhos desenvolvidos por Broide (2008, 2015) no diálogo com as situações sociais críticas e nos estudos utópicos de Block (2005) e Souza (2015).

Nos grupos de conversação, dispositivo concebido por J. A. Miller a partir do trabalho no Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Infância (CIEN), a conversação é caracterizada pela consideração à dimensão inconsciente da linguagem e pode ser entendida como:

Uma conversação é uma série de associações livres. A associação livre pode ser coletivizada na medida em que não somos donos dos significantes. Um significante chama outro significante, não sendo tão importante quem o produz em um momento dado. Se confiamos na cadeia de significantes, vários participam do mesmo. Pelo menos é a ficção da conversação: produzir – não uma enunciação coletiva - senão uma associação livre coletiva, da qual esperamos um certo efeito de saber. Quando as coisas me tocam, os significantes de outros me dão ideias, me ajudam e finalmente, resulta, às vezes, algo novo, um ângulo novo, perspectivas inéditas (MILLER, 2003, p. 15-16).

O grupo de conversação não tem um roteiro prévio. É estabelecido de forma a possibilitar os efeitos de surpresa, tal qual uma associação livre, em que um significante possa fazer surgir um novo significante, buscando o desconhecido, o que não estava estabelecido *a priori*, o que se enuncia como surpresa em um discurso, uma vez que ali se dá a possibilidade da emergência de novas significações.

No campo da Saúde Coletiva, o método da roda, ou *Paideia*, é utilizado para pensar os processos de trabalho, propõe a produção de saúde com as pessoas e não sobre elas, implicando trabalhador e usuário na construção e gestão dos Serviços de Saúde (CAMPOS, 2003). O destaque coloca-se na possibilidade da circulação da palavra, por ser um dispositivo que propicia a ativação da subjetividade, potencializa a autonomia e o protagonismo dos sujeitos, buscando ativar as suas capacidades de análise sobre suas práticas de saúde, práticas sociais, políticas e econômicas (TORRES, PASQUINI, SANTOS e YASUI, 2012). A importância desse espaço está na apropriação e na legitimação do saber do sujeito sobre seu cotidiano, sobre seu fazer e a partir do compartilhamento desses saberes, a possibilidade de reinvenção, de criação do novo.

Já o trabalho com grupos, conforme Jasiner (2008), pode operar como recurso frente ao mal-estar na cultura, tecendo novas saídas a esse mal-estar estrutural, na construção de respostas mais além do imediato e na construção de novas narrativas como possibilidade de fazer uma borda a esse mal-estar constitutivo do humano. A autora faz uma leitura atenta aos grupos centrados em uma tarefa (GCT) proposto por Pichon-Rivière, advertindo para a problemática das lógicas esféricas, que tendem ao centramento, di-

zendo que no melhor dos casos no centro estaria a tarefa em torno da qual o grupo entra em trabalho.

Jasiner propõe pensar o grupo centrado em uma tarefa a partir não da lógica da esfera, do centramento, mas da lógica borromeana, do nó borromeu, podendo, assim, pensar num centramento diferente. Lembremos o nó borromeu utilizado por Lacan (1985) para articular os três registros o real, simbólico e imaginário: no centro ele coloca o objeto *a*, lugar da falta, do vazio em torno do qual se arma o nó. Jasiner elabora o centro como furo, como vazio, diferente da lógica esférica que pode reduzir-se a um ponto central. Esse lugar vazio pode orientar o trabalho no sentido de converter esse vazio em falta e a falta em criação. A tarefa colocada no lugar do vazio faz causa para que cada um encontre seu caminho, destacando o lugar vazio como possibilidade de invenção, como o que permite o movimento, os deslocamentos de sentido, a polissemia e as novas significações.

Dessa forma, inspiradas nos três autores acima elencados, configuramos nossas rodas de conversa as entendendo como dispositivo que leva à produção e circulação da palavra, como processo criador em que algo novo possa ser articulado, em que cada um possa em coprodução com outros recuperar seu protagonismo e romper com o silenciamento. Ou seja, as rodas de conversa são como uma tessitura, como produto de diversas conexões entre os sujeitos, os diferentes fios da vida que cada um vai entrelaçando e formando uma rede.

Assim, acreditamos que o acontecer grupal propiciado pelas rodas possibilita construir redes que acolham estes sujeitos em seus desamparos e descubra suas potências, constituindo-se como movimento de resistência a processos que geram a invisibilidade, a supressão da palavra e que impelem a ação. Apos-

tamos que no movimento de circulação da palavra engendrado pelas rodas, as vivências de cada jovem poderiam se transformar em experiência compartilhada e essa experiência em um saber que lhe possibilite a construção de outros territórios de vida.

Kehl (2002) no livro *Sobre Ética e Psicanálise*, nos lembra que o homem está sempre tentando ampliar os domínios do simbólico, sobre o real do corpo, da morte, do sexo, do futuro incerto. Mas, lembra que essa produção de sentido não se faz sozinho, não é individual, seu alcance simbólico situa-se no fato de ser coletivo e os efeitos inscritos na cultura. A autora destaca que todo ato de fala só se efetiva no endereçamento a um outro disposto a acolher esse testemunho, uma vez que toda produção de sentido, de significação depende de sua inscrição numa cadeia de interlocuções e que o sentido precisa ser reconhecido pelo Outro encarnado nos e pelos outros que o rodeiam.

Como aponta Broide (2010), colocar palavras é nomear conflitos, expressar dificuldades e desejos, poder sentir a dor da perda, deparar-se com o desamparo, o medo. É também encontrar talento, viver o encontro criativo com o outro, construir caminhos e alternativas. Tendo como inspiração essas ideias e esses desafios, é que em nossa pesquisa nos lançamos a compor, junto com os adolescentes, um espaço de escuta às suas trajetórias singulares de vida, sensíveis ao novo e à diferença.

A construção do trabalho com os adolescentes e os diferentes tempos da experiência

A experiência do trabalho com as rodas de conversa surge da experiência da segunda autora¹⁵ a partir da escuta clínica

15 Trabalho realizado em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Essa experiência está amplamente explorada na dissertação da autora

das mães que, nos espaços de acompanhamento realizados no CREAS a partir do programa de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, traziam as queixas sobre dificuldades e conflitos com os filhos adolescentes. Queixas de desobediência, agressividade, fugas de casa, evasão escolar, gravidez, uso e tráfico de drogas. Preocupações com os riscos de morte que os filhos poderiam correr tomavam o discurso dessas mães e as colocavam numa posição de impotência. Diante da demanda dessas mães, configuramos o trabalho das rodas de conversa com os adolescentes. As rodas ocorreram quinzenalmente com duração de 1 hora e 30 minutos por um período de 1 ano e meio. Os adolescentes participaram na medida de suas possibilidades, alguns frequentaram todos os encontros e outros não. No total, circularam pelas rodas em média 23 adolescentes, havendo casos de única e rica participação.

A experiência iniciou compondo formas de aproximação com os adolescentes para ouvi-los, inicialmente os conhecendo e nos aproximando deles nas visitas domiciliares, nos encontrando no campinho de futebol, na praça, na esquina dos becos. Fomos promovendo esses encontros em diferentes espaços do território, pois como destaca Rosa (2015), às vezes é também necessário provocar o sujeito com a oferta da presença, criando oportunidade para que a demanda apareça, sendo necessário marcar uma posição, isto pode propiciar neste momento a pulsação do sujeito. A autora destaca ainda que a experiência analítica às vezes pode não ser processual, podem ser lugares transitórios, de passagem, mas que podem

A passagem adolescente em contextos de vulnerabilidade e exclusão social disponível em <http://lume.ufrgs.br/handle/10183/205420> e no livro *Adolescência vulnerabilidade e desamparo: intervenções clinicopolíticas na assistência social*. Ed. Juruá, Curitiba-PR, 2018.

fazer marcas na história do sujeito. Assim, temos que potencializar ao máximo esse encontro analítico.

E, desse modo, algumas demandas dos adolescentes foram se enunciando, o que nos levou a convidá-los a continuar a conversa que começou na rua, na praça, agora no espaço do CREAS. À medida que fomos construindo laços transferenciais com esses adolescentes, fomos também constituindo a ideia de acolhê-los e escutá-los através do trabalho nas rodas de conversa e assim fomos convidando-os para participar da roda sobre adolescência que passamos a desenvolver no Serviço. As rodas como espaço de conversa e encontros, sem uma temática pré-determinada, mas como espaço que permitia a criação.

Nessas rodas, conforme inspiração nos grupos de conversação proposto por Miller (2003), não há um tema ou roteiro prévio, mas a tarefa (PICHON-RIVIÈRE, 2005; JASINER, 2008) é de que estamos ali para pensar na vida e neste tempo particular da adolescência, como cada um vivencia este momento. Como colocam Miranda, Vasconcelos e Santiago (2006, sp.): “Isso implica em mudança de posição daquele que propõe a conversação já que a condução do processo de conversação está fundada na ética da psicanálise, sujeitos desejantes, capazes de sustentar uma experiência de palavra que torne possível o reconhecimento da particularidade dos participantes”. As autoras prosseguem destacando que a conversação é “a palavra sustentada num pacto simbólico de reconhecimento e respeito, produzindo um tratamento peculiar do gozo... visando tocar o ponto de real do sujeito, indo além da ficção de cada um, buscando o sem sentido que pode produzir surpresas”.

Para incentivar a produção da palavra utilizamos em algumas rodas o trabalho com pequenos textos literários, crônicas

e poesias. Também ocorreram algumas atividades de circulação por espaços destinados à cultura e ao lazer na cidade, bem como, alguns momentos festivos conforme aquilo que emergia como significativo nestes encontros. E para alguns adolescentes foi necessário atendimentos individuais após as rodas de conversa visto as questões ali trabalhadas terem produzido efeitos subjetivos que demandaram outra elaboração e alguns desdobramentos no sentido de auxiliá-los em suas demandas, projetos e objetivos. Destacamos novamente que este trabalho tem lugar na articulação da Psicanálise com a Assistência Social, articulando a escuta, o cuidado e a proteção a estes adolescentes, o que produz diferentes intervenções que transcendem o espaço das rodas de conversa e que demandam articulação em rede com as demais políticas públicas.

Assim, esse laço transferencial se produziu com cada um de forma singular, alguns com facilidade se vincularam, outros nunca aceitaram participar das rodas, mas pediam conversas individuais conforme suas demandas, outros estabeleceram uma relação mais fragilizada, participando de uma roda e após não mais retornando, outros ainda participaram por certo período e após, em função das vicissitudes da vida, ou de projetos de trabalho, ou de estágios que conseguiram construir e alcançar, não puderam mais participar, mas eventualmente apareciam na roda para uma participação-visita. Nesse sentido, destacamos os matizes transferenciais, muitos deles marcados pela insegurança e suspeita sobre este Outro (Psicólogo/CREAS/Assistência Social), será que podem escutar mesmo? Será que vão me escutar? Como construir vínculo transferencial de acolhimento e confiança para este adolescente que já foi tantas vezes abandonado? Cabe aqui todo o trabalho em sustentar estes frágeis fios transferenciais. Conforme aponta Carmo

(2011), é preciso sustentar o encontro do adolescente com um Outro receptivo e disposto a lhe fornecer outro saber, não fechado que desestabilize as identificações que lhe aprisionam, mas que ao mesmo tempo aponte que existe algo para além de todo saber constituído como verdade.

Construir o trabalho dessa forma também representou poder acolher o desvio, fazer um curso diferente daquele que estabelece um horário e aguarda o adolescente chegar e se ele não chega é porque não tem demanda, não deseja, não quer. Enfatizamos aqui que a vida em condições de vulnerabilidades apresenta a esses sujeitos muitos obstáculos o que muitas vezes dificulta que possam chegar para os atendimentos. São situações em que eles são impedidos de circular nos territórios devido à violência que determina toque de recolher. Situações de trabalho informal, os chamados bicos que podem surgir a qualquer momento, fazendo com que a luta pela sobrevivência seja priorizada. Outras vezes, a casa foi alagada pela enchente, o que torna muito difícil os deslocamentos ou a mãe precisou sair e eles precisaram cuidar dos irmãos ou até mesmo dos filhos pequenos.

Fomos descobrindo que deveríamos construir outras formas de aproximação com esses adolescentes, para que a conversa conosco, a palavra e a escuta pudessem fazer sentido a eles. Assim, as rodas funcionaram com certa rotatividade dos adolescentes, mas se constituíram como um espaço sempre aberto a acolhê-los. Para isso, foi preciso suportar e elaborar nosso narcisismo, pois não temos a roda de conversa “ideal” com um número constante de adolescentes e sempre os mesmos, mas temos sim um trabalho que se constituiu com as diferenças, que se constituiu nessa descontinuidade, nesse desvio da forma, nesse refazer sempre de novo e outra vez, nesse

trabalho artesanal, um a um de sustentar a transferência e acolher a palavra no enlace do singular articulado ao coletivo.

Destacamos ainda que a cada novo encontro havia sempre um trabalho a fazer no sentido de reconstituir as rodas, uma vez que a rotatividade dos adolescentes era frequente, o que nos levava a investir na construção de vínculo que tinha de ser uma vez e outra novamente reforçado, reconstruído. Esse movimento que denota certa fragilidade de adesão dos adolescentes às rodas também diz de certa especificidade do trabalho com sujeitos submetidos a situações de vulnerabilidade e desamparo. Há todo um trabalho no sentido de favorecer a transferência, lançar a oferta de escuta, o convite à participação. Buscamos o oferecimento da escuta e a possibilidade de os adolescentes poderem ali construir saídas e alternativas da ordem do desejo.

Os adolescentes que participaram dessa experiência pertenciam a três territórios distintos de Porto Alegre: Arquipélago (Ilhas), Humaitá/Navegantes e Centro. Se a distância do CREAS, que se localizava no Centro, de alguns territórios dificultava o acesso, por outro lado, também percebemos que esta localização “fora do território” para alguns, pode cumprir certa função de maior abertura e liberdade para falarem do cotidiano de seus territórios, para romperem com a lógica do silêncio que impera em contextos conflagrados pela violência das facções do tráfico. Desse modo, as rodas no espaço do CREAS puderam se constituir para alguns como um certo lugar protegido, que estabelecia certa distância e que permitia ver de outra forma a experiência. O que nos faz lembrar de Saramago (1998, p. 40-41)) com seu *Conto da ilha desconhecida*, ao dizer: “Quero encontrar a ilha desconhecida, quero saber quem sou eu quando nela estiver

... se não saís de ti, não chegas a saber quem és... Que é necessário sair da ilha para ver a ilha, que não nos vemos se não nos saímos de nós”. De maneira que certo afastamento pode produzir uma outra forma de enxergar o acontecimento.

Dessa forma, amparados por Rodolfo (2004), vamos amassando e do amassado poderá surgir a conceitualização. Desse amassado surgiu uma roda de conversa singular que nos fez, a cada encontro desdobrar ainda mais nossas perguntas, uma vez que os adolescentes nos movimentavam em nosso lugar e em nossas práticas. Esse processo é potente para criar processos metodológicos no diálogo e na aliança com o saber da experiência, compondo diferentes tempos da experiência.

As histórias desses adolescentes e dos territórios foram se construindo também no período *a posteriori*, nas discussões de caso nas equipes, onde fomos costurando fragmentos, relatos e repensando como intervir e articular a rede de proteção. Num segundo tempo dessa experiência fomos compondo os registros que chamamos diários da experiência e que, no *a posteriori*, nos permitiu tecer os casos clínicos. Esses registros, em geral, necessitaram de certo tempo para decantarem e tornarem-se escrita.

Essa diferença no tempo para o que foi num primeiro momento a escuta e isso que num segundo tempo se tornou escrita, diz dos efeitos de transferência que ali se produziram. Às vezes, era preciso maior distância do acontecimento, foi necessário se deixar atravessar e elaborar certos relatos carregados de dor e violência trazidos pelos adolescentes. Foi preciso elaborar certo efeito de cansaço, parecia que essa experiência se inscrevia primeiro no corpo da pesquisadora, como excesso de real para que em um momento posterior pudesse advir a escrita.

Na escrita desses diários da experiência nos deixamos guiar pelo fluxo de associações que se produziam a partir de alguns significantes que se destacaram no discurso e que muitas vezes levaram a escrever um pouco mais sobre a história de algum destes adolescentes enlaçando com escutas realizadas também em outras situações de atendimento. Essa escrita não é só do que aconteceu, mas do que segue acontecendo à medida que vai produzindo o caso.

A construção do caso representa um terceiro tempo dessa experiência, como a escrita que se produziu sobre a escrita, sobre o que pode decantar desta experiência. Escrita que se produziu também *a posteriori* como efeito de transferência e da atenção flutuante que fisgou os significantes e a partir deles construiu uma trama ficcional. Tomamos a experiência a partir da leitura de Benjamin (2012) e de Bondia (2002), como aquilo que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca e ao nos passar nos forma e nos transforma. Bondia (2002, p. 24) destaca a experiência como:

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.

Atravessados e transformados pela experiência de escuta a estes adolescentes, fomos compondo os casos clínicos que representam uma maneira de dar contornos aos modos de vida

desses jovens que habitam o avesso de nossas cidades, as dobras escondidas de nossas vilas e periferias que nas poucas vezes em que ganham visibilidade na mídia, é na forma de “espetáculo da violência”. O que nos lembra Souza (2015, sp.) a partir de sua leitura de Benjamin, quando sublinha que “a posição do espectador é constitutiva do campo do olhar, o que significa dizer que o território que constituímos depende da posição em que nos colocamos para desenhá-lo e dos instrumentos conceituais, históricos, subjetivos, culturais políticos que temos à mão para o esboço dessa geografia”. Poder olhar a cidade pelos seus avessos e as diferentes adolescências que habitam estes espaços inaugura a esperança de que outro olhar ainda é possível, apesar dos tempos bastante difíceis que atravessamos.

Essa experiência também cumpre a função de testemunho. Conforme propõe Gagnebin (2006), poder suportar a narrativa destes jovens e levá-las adiante na construção de alternativas de ordem subjetiva, mas também política é nossa aposta, nosso compromisso, mas também um desafio. A escuta destes jovens produziu tensionamentos tanto em nossas práticas de pesquisa e de intervenção quanto para as políticas públicas, apontando a urgência de construção de projetos de inclusão pela cultura, esporte, alternativas de trabalho e renda, construção de espaços de convivência que tomem em conta as particularidades destes jovens.

Considerações finais

Com base nessa experiência, podemos afirmar que acolher a palavra de cada jovem é uma forma de ressignificar subjetivamente o sujeito perante a cena social e, também, uma forma de construir práticas de resistência à exclusão da dimensão subjetiva.

Essa experiência produziu um movimento de abertura, de saída da invisibilidade, em que cada jovem passou a ter nome, voz, desejos, tecendo com outros uma história singular, deixando de ser o adolescente infrator, a garota que foi explorada sexualmente, o guri agressivo e expulso da escola, descobrindo outras versões de si como o Gabriel, a Mariana, o Luís, abrindo-se assim outras dimensões de sujeito e resgatando suas potências nesta trama social.

Com isto, o que queremos destacar é que a construção desse dispositivo de intervenção na modalidade de rodas de conversa se deu a partir do encontro com nossos adolescentes naquele Serviço, num dado tempo-espaco singular. Porém, como toda tecnologia do cuidado, permitiu uma transformação social, pois foi possível movimentar as referências daqueles jovens sobre si e a equipe pode compor uma escuta não sobre eles, mas sim com eles e, assim, configurar novas formas de cuidado.

De nossa parte, como pesquisadoras implicadas com o campo social, conseguimos traçar novos olhares e outros horizontes de trabalho que incidem na proposição de diretrizes para o campo das políticas públicas voltadas para esse público bem como fomentar questões e interrogantes que se abrem à Psicanálise e, em específico, para a pesquisa psicanalítica.

Referências

BENJAMIN, W. **Magia e técnica arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura** [Obras Escolhidas, Vol. I]. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENJAMIN, W. Le narrateur. Réflexions sur l'oeuvre de Nicolas Leskov. In: GANTILLAC, M. (Org.). **Essais 2**. Paris, 1983

BLOCK, E. **O princípio esperança**. Rio de Janeiro: UERJ / Contraponto, 2005.

BONDIA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, pp. 20-28, 2002.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

BROIDE, J. Adolescência e violência: criação de dispositivos clínicos no território conflagrado das periferias. **Revista Psicologia Política**, v. 10, n. 19, pp. 95-106, 2010.

BROIDE, J. **Psicanálise: nas situações sociais críticas. Violência, juventude e periferia: em uma abordagem grupal**. Curitiba: Juruá Psicologia, 2008.

CAMPOS, R. T.; CAMPOS, G. Co-construção de autonomia: O sujeito em questão. IN: CAMPOS, G. W. S.; *Et Al.* (Orgs.). **Tratado de Saúde Coletiva**. [2ª Edição Revisada]. São Paulo: Hucitec, pp. 719-738, 2012.

CAMPOS, G. W. S. **Saúde paidéia**. São Paulo: Hucitec, 2003.

CARMO, V. S. **Anonimato de vida e de morte: contemporaneidade e laço social na adolescência**. [Tese de Doutorado]. São Paulo: PUC-SP, 2011.

CARLSON, A. C. R.; PINHEIRO, L. S. Práticas inter-setoriais: novos desafios postos aos psicólogos na atual política de assistência social. In: RODRIGUES, L. C.; RODRIGUES, L.; GUARESCHI, N. M. F. (Orgs.). **Interloquções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social**. [Recurso Eletrônico]. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. Pp. 103-117.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, pp. 170-188, 2002.

DANTO, E. A. **As clínicas públicas de Freud: Psicanálise e Justiça Social**. São Paulo: Perspectiva, 2020.

FIGUEIREDO, A. C. A construção do caso clínico: uma contribuição da Psicanálise à Psicopatologia e à Saúde Mental. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**, v. 7, n. 1, pp. 75-86, 2004.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GAGNEBIN, J. M. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

IMBRIZI, J. M.; MARTINS, E. C.; REGHIN, M. G.; PINTO, D. K. S.; ARRUDA, D. P. O projeto de extensão “Escuta clínico-política de sujeitos em situações sociais críticas” e a roda de conversa sobre cultura hip-hop”. In: MOREIRA, J. O. (Org.). **Juventudes e Contemporaneidade: reflexões e intervenções**. [Recurso Eletrônico]. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2020. Pp. 9-19.

JASINER, G. **Coordinando grupos: uma lógica para los pequenos grupos**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2008.

KEHL, M. R. **Sobre Ética e Psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. **A Transferência** (Coleção O Seminário, livro 8). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, J. **Mais, ainda** (Coleção O Semanário livro 20). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

MACEDO, J. P.; DIMENSTEIN, M. O trabalho dos psicólogos nas políticas sociais no Brasil. **Avances en Psicología Latinoamerica**, v. 30, n. 1, pp. 182-192, 2012.

MERHY, E. **Tecnologias de cuidado**. TV Rede Viva, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IXQZMvM-HU4>.

MILLER, J. A. Problemas de pareja, cinco modelos. In: MILLER, J. A. (Org.), **La pareja y el amor. Conversações clínicas con Jacques-Alain Miller en Barcelona**. Buenos Aires: Paidós, 2003. Pp. 15-20.

MIRANDA, M.; VASCONCELOS, R. N.; SANTIAGO, A. L. B. Pesquisa em psicanálise e educação: a conversação como metodologia de pesquisa. In: **Anais da 6ª Psicanálise, Educa-**

ção e Transmissão, 2006 [On-Line]. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032006000100060&lng=en&nrm=iso>.

OLIVEIRA, C. S.; OLIVEIRA, M. L. M. Maioridade para os direitos humanos da criança e do adolescente. **Revista Direitos Humanos**, n. 1, pp. 40-45, 2008.

OROFIAMMA, R. Le travail de la narration dans le récit de vie. In: NIEWIADOMSKI, C.; VILLERS, G. (Orgs.). **Souci et soin de soi, liens et frontières entre histoire de vie, psychothérapie et psychanalyse**. Paris: L'Harmattan, 2002. Pp. 163-192.

ORTEGA, F. Biopolíticas da saúde: reflexões a partir de Michel Foucault, Agnes Heller e Hannah Arendt. **Interface**, v. 8, n. 14, pp. 9-20, 2004.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa**. [Tomo I]. Campinas: Papirus, 1994.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa**. [Tomo II]. Campinas: Papirus, 1995.

ROSA, M. D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta / Fapesp, 2016.

ROSA, M. D. **Ciclo de palestras: Trauma e política**. Instituto Vox. Youtube. 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=FvXkLD7Z5Nw>

ROSA, M. D. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. **Textura**, v. 2, n. 2, pp. 42-47, 2002.

RODULFO, R. **Desenhos fora do papel: da carícia à leitura-escrita na criança**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SAMPAIO, J.; SANTOS, G. C.; AGOSTINI, M.; SALVADOR, A. S. Limites e possibilidades das rodas de conversa no Cuidado em Saúde: uma experiência com jovens no sertão de Pernambuco. **Interface**, v. 18, n. 2, pp. 1299-1311, 2014.

SARAMAGO, J. **O conto da ilha desconhecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCARPARO, M. L.; POLI, M. C. Psicanálise e Assistência Social. **Barbarói**, n. 28, pp. 50-74, 2008.

SOUZA, E. L. A. I-margens utópicas: contrafluxos do futuro. **Correio da APPOA**, n. 246, Porto Alegre, Julho de 2015. Disponível em: www.apoa.com.br/correio/edicao/246/i_margens_utopicas_contrafluxos_do_futuro/221

SUSIN, L.; POLI, M. C. O singular na Assistência Social: do usuário ao sujeito. In: RODRIGUES, L. C.; GUARESCHI, N. (Orgs.). **O Psicólogo e as Políticas Públicas de Assistência Social**. Petrópolis: Vozes, 2012. Pp. 195-204.

TORRES, A. E.; PASQUINI, J.; SANTOS, L. A.; YASUI, S. A roda em movimento e os movimentos da roda: refletindo sobre experiências. **Caderno Brasileiro de Saúde Mental**, v. 4, n. 8, pp. 96-104, 2012.